

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 30 de outubro de 2025 às 07h51
Seleção de Notícias

Agência Câmara | BR

Direitos Autorais

Debatedores cobram pagamento de artistas por plataformas de inteligência artificial 4

NOTÍCIAS | FAVOR

Agência Estado - Broadcast | BR

Propriedade Intelectual

Alckmin contatou embaixadores de Brasil e China para excetuar País da crise de chips 6

FAVOR

Lance! Online | BR

Propriedade Intelectual

Connebol fecha parceria para o combate à pirataria 8

LIBERTADORES | FELIPPE ROCHA

Migalhas | BR

29 de outubro de 2025 | Marco regulatório | INPI

Sem suporte jurídico, inovações não se tornam produtos ou serviços 9

29 de outubro de 2025 | Marco regulatório | INPI

Acordo Mercosul-Efta fortalece proteção de patentes e amplia oportunidades para exportadores brasileiros 11

29 de outubro de 2025 | Propriedade Intelectual

Dupes e propriedade intelectual: O limite entre inspiração e violação na era do consumo 13

29 de outubro de 2025 | Propriedade Intelectual

O furto de informações e seu o vácuo legislativo 15

MSN Notícias | BR

Direitos Autorais

TV Globo pode ser obrigada a pagar R\$ 200 milhões ao viúvo de Gilberto Braga após remake de 'Vale Tudo'; entenda a polêmica 18

MSN

29 de outubro de 2025 | Propriedade Intelectual

George R.R. Martin processa OpenAI e Microsoft por uso não autorizado de suas obras em IA . 19

MSN

Propriedade Intelectual

China ajusta leis digitais para enfrentar plágio e IA: da ficção online à proteção real 20

MSN

Teletime News | BR-SP

Direitos Autorais

Setor privado é o que mais debate IA em audiências na Câmara, diz estudo	23
<small>MARCOS URUPÁ</small>	

Terra - Notícias | BR

29 de outubro de 2025 | Propriedade Intelectual

Nissan e Mercedes alertam sobre crise de fornecimento de chips	24
---	-----------

O Globo | BR

30 de outubro de 2025 | Marco regulatório | INPI

Startups desenvolvem robôs para o agro	25
<small>ECONOMIA</small>	

Correio Braziliense - Online | BR

29 de outubro de 2025 | Marco regulatório | INPI

Ostras do Cabaraquara, no Paraná, conquistam selo de Indicação Geográfica	27
<small>TURISMO</small>	

O Globo Online | BR

30 de outubro de 2025 | Patentes

Crédito escasso e insegurança jurídica limitam inovação no agro	29
<small>AUTOR MARCELO BELEDELI</small>	

Investimentos e Notícias | BR-SP

Patentes

USC Processa Google por Violação de Patentes em Tecnologia de Mapas e Navegação	32
--	-----------

UOL Notícias | BR

29 de outubro de 2025 | Propriedade Intelectual

OpenAI completa transição para empresa e Microsoft passa a ter fatia de 27%	33
<small>TILT</small>	

OAB São Paulo | BR-SP

29 de outubro de 2025 | Propriedade Intelectual

Nota Técnica da Comissão de Direito da Moda da OAB SP sobre o PL 1.802/2024	34
<small>OAB SP</small>	

Diário do Nordeste - Online | BR-CE

29 de outubro de 2025 | Marco regulatório | INPI

Justiça nega ao Coco Bambu direito à exclusividade do 'camarão internacional'	39
<small>DIÁRIO DO NORDESTE</small>	

Debatedores cobram pagamento de artistas por plataformas de inteligência artificial

NOTÍCIAS



Representante dos compositores estima perda de R\$ 116 bilhões para criadores de músicas e audiovisuais nos próximos cinco anos

Pablo Valadares / Câmara dos Deputados

Garantir a proteção dos **direitos** autorais ao regulamentar a inteligência artificial (IA) foi a tônica do debate realizado nesta terça-feira (28) pela Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados. A deputada Denise Pessôa (PT-RS), presidente da comissão, lembrou que a economia criativa representa mais de 3% do PIB brasileiro e é responsável por milhões de empregos.

Denise Pessôa destacou que a ausência de critérios claros na regulamentação da IA pode impactar economicamente setores como música, audiovisual, literatura, design e artes visuais.

Todos os representantes de associações de artistas das mais variadas áreas, que compareceram ao debate, concordaram que as chamadas IAs sejam encaradas como ferramentas, e não como um resultado criativo original.

Uso indevido

O cantor e compositor Roberto Frejat reclamou do

uso indevido de material criativo para alimentar a inteligência artificial. Segundo o artista, o modelo que está sendo utilizado resulta no aumento das desigualdades sociais.

"Todas as artes criativas estão sofrendo com essa mineração de dados descarada, e que não tem a menor perspectiva de voltar a ser de uma maneira idônea e razoável. A minha conclusão em relação a esse assunto é que tem que ter uma remuneração compensatória dura, inibidora", disse.

A chamada mineração de obras é a incorporação de material já existente, criado por pessoas, para alimentar a inteligência artificial.

Direito constitucional

Marcos Souza, secretário de **Direitos** Autorais e Intelectuais do Ministério da Cultura, ressalta que a propriedade cultural e o direito dos autores de utilizar suas obras e ter aproveitamento econômico sobre elas já é garantido pela Constituição.

Na visão de Marcos Souza, é inegável que a mineração e outros recursos usados para treinar as bases de dados violam pelo menos sete vezes a legislação brasileira.

"Minerar uma obra é copiá-la. Se copiou, é uma reprodução, violou a lei, porque não pediu autorização. Depois, o processo de tokenização. Tokenizar é você quebrar uma obra em vários pedacinhos, dando pesos diferentes a esses pedacinhos e, ao fazer isso, está copiando de novo. Depois, você vai treinar. O algoritmo tem que ser treinado. Ao fazer isso, você está incorporando numa base de dados da IA. Violou de novo, porque incorporar numa base de dados é mais um direito que o autor tem de autorizar ou não", afirmou.

Continuação: Debatedores cobram pagamento de artistas por plataformas de inteligência artificial

O representante da União Brasileira dos Compositores, Manno Goes, destacou que é estimada uma perda de R\$ 116 bilhões para criadores de música e audiovisuais nos próximos cinco anos, enquanto que o mercado de música gerada por IA deve lucrar R\$ 255 bilhões.

Plágio

A representante do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), Elizabeth Levey, registrou que o Tribunal de Justiça de Santa Catarina recusou a alegação de um parque de que não pre-

cisaria mais recolher **direitos** autorais para os músicos porque estava utilizando conteúdo gerado por IA para sonorizar os ambientes.

Segundo Elizabeth, ficou comprovado que o material utilizado era plágio de músicas já existentes e que o uso da IA, nesse caso, gera **concorrência** desleal e enriquecimento sem causa.

Reportagem - Mônica ThatyEdição - Roberto Seabra

Alckmin contatou embaixadores de Brasil e China para excetuar País da crise de chips

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, contatou o embaixador chinês no Brasil e o embaixador brasileiro na China para excetuar o País na crise geopolítica de semicondutores. A informação foi dada pelo secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Mdic, Uallace Moreira, após reunião de Alckmin com representantes da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e da Associação Brasileira da Indústria de Autopeças (Abipeças) para tratar do assunto.

"Alckmin já se comprometeu, inclusive já ligou para o embaixador chinês aqui no Brasil para poder fazer o início da negociação das conversas e ao mesmo tempo já ligou para o embaixador brasileiro na China para excetuar o Brasil nessa crise de caráter geopolítico que não tem nada a ver com absolutamente nada do Brasil", ressaltou Uallace.

O novo risco de abastecimento de componentes eletrônicos - cuja escassez já tinha parado as montadoras durante a pandemia - está relacionado agora a restrições de fornecimento sofridas pela Nexperia, fabricante de semicondutores de origem chinesa que teve o controle assumido no fim do mês passado pelo governo holandês.

Boa parte dos chips produzidos pela Nexperia é embalada na China, que, numa disputa sobre **propriedade** intelectual com a Holanda, proibiu as exportações dos semicondutores.

"É importante ressaltar que a crise é de natureza geopolítica internacional", ressaltou o secretário do

Mdic, citando o potencial de impacto na oferta de semicondutores para o setor automotivo, visto que a Nexperia corresponde a 40% do *market share* mundial desse tipo de chip, que é ofertado para carros flex na operação.

"O pedido do setor produtivo é uma tentativa de diálogo por parte do governo brasileiro com o governo chinês para deixar bem claro que o Brasil está fora desse conflito de natureza geopolítica e que, portanto, o Brasil não pode e não deve participar ou sofrer as consequências desse embargo", defendeu Uallace.

O secretário ressaltou que o setor automotivo corresponde a 20% da indústria de transformação e sua paralisação significa impactar diretamente 130 mil empregos e 1,3 milhão de empregos diretos e indiretos. "Tem uma prioridade total por parte do vice-presidente", afirmou.

O auxiliar do ministro completou: "O Brasil se compromete nesse sentido a ter a compra do chip para a oferta do mercado interno, sem interesse nenhum em exportar para outros mercados. Ou seja, o Brasil se compromete em assumir a rastreabilidade da compra desse chip e isso é fácil de ser feito".

A Anfavea tem alertado que o setor automotivo está em uma iminente crise de fornecimento de chips. De acordo com a entidade, os efeitos devem ser sentidos nas próximas duas a três semanas, afetando todos os segmentos dependentes, incluindo veículos leves, pesados e máquinas, por exemplo.

O presidente da associação, Igor Calvet, argumenta

Continuação: Alckmin contactou embaixadores de Brasil e China para excetuar País da crise de chips

que uma articulação do governo brasileiro junto à China poderia ajudar na reversão do cenário projetado. O problema está relacionado a questões geopolíticas intensificadas neste mês.

Além de Calvet, participaram da reunião no Mdic o diretor-executivo da Associação Brasileira da In-

dústria de Peças (Abipeças/Sindipeças), Adilson Luis Sgarini; o CEO & Presidente da Robert Bosch, Eduardo Gaston Dias Peres; e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Moisés Selerges Júnior.

Conmebol fecha parceria para o combate à pirataria

LIBERTADORES



Confederação firmou acordo com instituição sem fins lucrativos

A Conmebol se mobiliza no combate à **pirataria**. No caso, uma parceria com a Aliança Contra a **Pirataria** Audiovisual (Alianza), principal associação latino-americana no combate à **falsificação**. Foi anunciada uma ação para intensificar ações **antipirataria** e, consequentemente, proteção dos direitos audiovisuais do futebol sul-americano. Não foram informados detalhes, mas os dirigentes falaram mais sobre as ideias.

Acompanhe os negócios no esporte em nosso novo canal. Siga o Lance! Biz no

- (O objetivo é) Enfrentar de forma conjunta o flagelo que tanto prejudica o esporte que amamos, assim como seus seguidores e colaboradores. Essa aliança estratégica nos permitirá fortalecer nossas ações e aperfeiçoar a forma de combate, gerando um impacto mais profundo e resultados tangíveis - explicou Jorge Alberto Bacaloni, presidente da Alianza, que é uma instituição sem fins lucrativos. E ele completou:

- Tudo isso respaldado pelo compromisso e profissionalismo que nos consolidam como líderes na região e como uma das associações com maior capacidade de gestão, inovação e efetividade a nível mundial - concluiu.

O presidente da Conmebol, Alejandro Domínguez, destacou o valor comercial das competições como a

abpi.empauta.com

Libertadores e a Sul-Americana.

- Na Conmebol, estamos conscientes de que trabalhamos com um produto extremamente valioso: o futebol sul-americano, com seus torneios competitivos de clubes e seleções. Temos a responsabilidade de impulsionar todas as ações possíveis para proteger esse patrimônio e blindá-lo contra a **pirataria** e a fraude - afirmou o mandatário, antes de concluir:

- Dessa forma, ofereceremos a milhões de torcedores ao redor do mundo uma experiência positiva, segura e confiável. Por isso, temos o prazer de concretizar nossa incorporação à Alianza, organização líder da indústria audiovisual e na defesa da **propriedade** intelectual - finalizou.

Parceria estratégica. No final de agosto, a LaLiga (Liga de Futebol da Espanha) anunciou uma parceria parecida, mas com o Mercado Livre, empresa do ramo de e-commerce e tecnologia de pagamento. O objetivo é integrar a liga espanhola à Aliança Antifalsificação do Mercado Livre). A ideia é fortalecer a proteção dos direitos audiovisuais e, por consequência, combater a fraude. Especialmente relativa a conteúdos na internet da América do Sul.

Conmebol fecha parceria para o combate à **pirataria**
(Foto: Rodrigo BUENDIA / AFP)

Sem suporte jurídico, inovações não se tornam produtos ou serviços



Empresas de propriedade intelectual enfrentam dificuldades para manter time próprio de advogados especializados na área, pela escassez de profissionais. Saída tem sido recorrer a planos de assinaturas.

Sabemos que a escassez de mão de obra qualificada é um problema crônico para diversas atividades econômicas no Brasil. A situação se agrava quanto mais especialização um setor exige. É o que ocorre com inovação tecnológica: falta conhecimento, inclusive jurídico, quando o assunto é PI - **propriedade** intelectual. Quem perde, no fim das contas, é a sociedade. Vejamos. Segundo o Fortec - Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia, a falta de profissionais com expertise em PI está entre os fatores que mais dificultam tornar a propriedade intelectual produzida por instituições de ciência e tecnologia em produtos ou negócios, a serviço da coletividade. A pesquisa mais recente do Fortec traduz isso em números.

Segundo o levantamento, menos de um quarto (23,8%) dos NITs - núcleos de transferência de inovação tecnológica no país conseguiu, em um ano (2023), firmar novos contratos de licenciamento. Os NITs são escritórios responsáveis pela proteção de in-

venções criadas no ambiente acadêmico e por licenciá-las para exploração econômica. Por que esses contratos de licenciamento não são firmados? Vê-se que um dos gargalos está no suporte jurídico - ou melhor, na deficiência dele. Nem todos os escritórios de PI ou organizações similares conseguem ter um departamento internalizado. Primeiro, pela escassez desses profissionais. Depois, e em boa medida consequência desse fator, pelos elevados custos. Ocorre que há carência de advogados especializados em propriedade intelectual, para que os escritórios possam contratar. Quando há quadros formados, é comum o fenômeno do 'turnover', isto é, grande rotatividade dos colaboradores.

Ademais, por vezes a qualificação profissional para lidar com questões de PI está aquém das necessidades. Logo, compor equipes técnicas robustas, com alto grau de especialização que o tema propriedade intelectual exige, torna-se um desafio. Como consequência desse obstáculo, são recorrentes dores como processos travados ou atrasados por falta de profissionais e dificuldade para manter previsibilidade de custos, frente à grande volatilidade de recursos humanos. Em **propriedade** intelectual, o primeiro passo para se proteger é o registro da marca, da criação, da invenção da inovação. É verdade que nem sempre isso é feito - a cultura do registro ainda não está consolidada no Brasil. Mas a proteção e o licenciamento de uma marca ou inovação não se encerram com o registro. É preciso um acompanhamento frequente, sob perspectiva jurídica, Sem profissionais com essa capacitação, esse processo de transformar uma propriedade intelectual em algo efetivamente a serviço da sociedade não se completa.

Usurpação da marca, práticas fraudulentas por terceiros, entre outras infrações, põem investimentos em risco. Diante de todo esse cenário descrito, tem emergido um modelo de negócio como saída. Advocacias especializadas em PI têm oferecido a escritórios que lidam com registro de marcas, patentes e

Continuação: Sem suporte jurídico, inovações não se tornam produtos ou serviços

direitos autorais serviços jurídicos por planos de assinaturas. A contratação de serviços jurídicos por assinatura pode proporcionar redução de até 40% dos custos operacionais. Os prestadores desse suporte oferecem planos com pacote de créditos para serem utilizados pela empresa especializada em PI conforme a demanda. Isso proporciona a essas empresas maior previsibilidade de custos, e redução e controle desses custos propriamente ditos. A procura se dá em especial por empresas de PI que precisam escalar suas entregas com segurança e previsibilidade, porém sem ampliar o time interno. Ou então que queiram ampliar o portfólio de serviços, no entanto sem a necessidade de criar, internamente, um departamento jurídico.

Os planos de assinatura, que podem ser semestrais ou anuais, incluem diagnóstico gratuito da operação contenciosa jurídico-administrativa da empresa de PI e soluções sob medida para cada demanda. Os serviços abrangem especialistas em contencioso ad-

ministrativo e judicial de PI; atuação junto ao INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial; e, como dito, atendimento sob demanda. A solução, pelo que experiência empírica no mercado tem apontado, mostra-se eficaz. E isso é salutar para o desenvolvimento científico, econômico e social do país. Quando o direito à propriedade intelectual é observado, respeitado, garantido, cria-se um ambiente propício aos investimentos em inovação. _____

FOTEC, Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia. O desafio de levar o conhecimento da universidade para o mercado. Disponível em <https://fortec.org.br/2025/02/12/o-desafio-de-levar-o-conhecimento-da-universidade-para-o-mercado/>.

Acesso em 15/10/25

Acordo Mercosul-Efta fortalece proteção de patentes e amplia oportunidades para exportadores brasileiros



Parceria amplia acesso a mercados europeus e impõe novas regras de **propriedade** intelectual, exigindo adaptações nas normas brasileiras.

As negociações do acordo entre o Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio (Efta) foram concluídas em julho de 2025. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, com a entrada em vigor do acordo cerca de 99% das exportações brasileiras terão eliminação de tarifas nos mercados da Efta - Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça - ampliando o acesso a mercados europeus de alta renda. Os quatro países somam cerca de 15 milhões de habitantes e um PIB combinado na casa de US\$ 1,4 trilhão. O texto negociado, agora público, inclui compromissos na área de **propriedade** intelectual expressos no Art. 10 e no Anexo XVII. Embora não altere as normas de patentes estabelecidas na OMC nem a legislação brasileira, chama atenção o item 7.4., que autoriza expressamente que candidatos a patente façam emendas, correções e respondam a observações nas suas solicitações: "Os Estados-Partes deverão permitir que o requerente da patente faça emendas, correções e responda a observações relacionadas ao seu pedido.

abpi.empauta.com

As emendas e correções não poderão extrapolar o conteúdo do pedido tal como originalmente apresentado." O destaque é relevante porque, no Brasil, têm sido propostas medidas e normativos que miram restringir a possibilidade de emendas e manifestações em pedidos em tramitação no **INPI** - **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial - seja por meio do PL 2210/20, seja por atos internos como a resolução 93/13 e a portaria 4/25. O item do acordo atua, portanto, como um freio a medidas que reduzam direitos do titular de patente durante o exame. A seção IV do Anexo XVII trata da execução dos direitos de **propriedade** industrial e impõe padrões processuais que os Estados-Partes devem adotar: procedimentos eficazes, justos e desburocratizados, sem prazos irrazoáveis ou atrasos indevidos; mecanismos que atuem como fator de dissuasão contra novas infrações; e salvaguardas para evitar uso abusivo dessas medidas que prejudique o comércio legítimo. O acordo ainda exige que os países garantam que o Judiciário possa: deferir medidas imediatas e efetivas para prevenir infrações; preservar provas relevantes; e, quando apropriado, conceder medidas inaudita altera parte (sem ouvir a parte contrária) - especialmente quando a demora possa causar dano irreparável ao titular ou haja risco de destruição de provas. Nesses casos, o texto determina que as decisões sejam tomadas com celeridade. Além disso, cada Estado-Parte deve assegurar competência para ordenar a cessação da infração, inclusive impedindo a entrada nos canais de comércio de mercadorias importadas que violem direitos de **propriedade** intelectual, imediatamente após o desembaraço aduaneiro. No conjunto, o capítulo de **propriedade** intelectual traz acertos e reforços que exigem atenção das autoridades bra-

Continuação: Acordo Mercosul-Efta fortalece proteção de patentes e amplia oportunidades para exportadores brasileiros

sileiras: para cumprir os compromissos assumidos, o país precisará ajustar práticas e normas de modo a consolidar um ambiente mais seguro e atrativo a investimentos relacionados à propriedade intelectual.

Dupes e propriedade intelectual: O limite entre inspiração e violação na era do consumo



Imitações desafiam os direitos autorais ao equilibrar acesso, inovação e proteção de criações originais.

Dupe é um termo que evoluiu de sua definição tradicional de "engano" para um fenômeno cultural que está remodelando o comportamento do consumidor e desafiando as estruturas estabelecidas de propriedade intelectual. O que começou como uma tendência nas redes sociais transformou-se em um movimento que suscita questões complexas sobre inovação, acessibilidade e os limites da proteção da PI. Em diversas redes sociais, em particular no TikTok, vídeos com as hashtags #dupe e #dupes alcançam bilhões de visualizações. Traduz-se Dupe como "cópia", "réplica" ou "imitação". No contexto comercial, um dupe é um produto que imita outro, mais conhecido e geralmente mais caro, mas com qualidade e durabilidade que variam. Dupe não utiliza a marca registrada do produto original para evitar problemas legais.

Seus defensores argumentam que essas práticas estimulam a inovação, ao obrigar as marcas a justificar preços mais elevados com diferenças reais de qualidade, e não apenas com o prestígio associado ao nome. Já os críticos sustentam que essa visão simplifica

demais a questão, desconsiderando o valor do trabalho de design original e a relevância de proteger a inovação criativa. Para marcas de luxo, o fenômeno dos dupes apresenta um desafio maior. Além da potencial perda de receita, elas enfrentam a diluição de seu apelo exclusivo e o comprometimento de investimento em pesquisa, desenvolvimento e marketing. Em 2023, o Tribunal Distrital de Nova York decidiu a favor da famosa casa francesa de moda de luxo Hermès contra os criadores das MetaBirkins - NFTs que retratavam versões digitais da bolsa Birkin cobertas de pele -, estabelecendo precedente importante sobre a proteção de marcas no ambiente virtual e impactando os setores da moda e da arte digital. Criadores independentes pequenos são mais vulneráveis, porque carecem dos recursos para proteger legalmente seus designs ou combater a cópia generalizada. Exemplos de dupes não faltam no Brasil. Vão desde as bolsas inspiradas na icônica Hermès Kelly encontradas em lojas como Renner, passando pela base Matte da Tracta, que se tornou uma alternativa popular à famosa Estée Lauder Double Wear e pela Air Fryer da Mondial, que é um exemplo de sucesso como alternativa à popular Air Fryer da Philips Walita. O fenômeno "Stanley Cup" também mostra essa dinâmica, onde a popularidade tanto do design original do copo isolado quanto de seus vários dupes foi amplificada através dos canais de mídia social mostrando como as tendências virais podem beneficiar criadores originais enquanto criam oportunidades para imitadores. Atualmente, soluções de IA baseadas em aprendizado de máquina combinam imagens microscópicas, visão computacional e análise de dados para autenticar produtos, identificar diferenças sutis e detectar falsificações em tempo real.

Essas tecnologias monitoram descrições, padrões de vendas, preços e comportamentos de vendedores, sinalizando atividades suspeitas em diversos canais. Ao analisar esses elementos, a IA consegue identificar indícios de cópias e, assim, fortalecer os me-

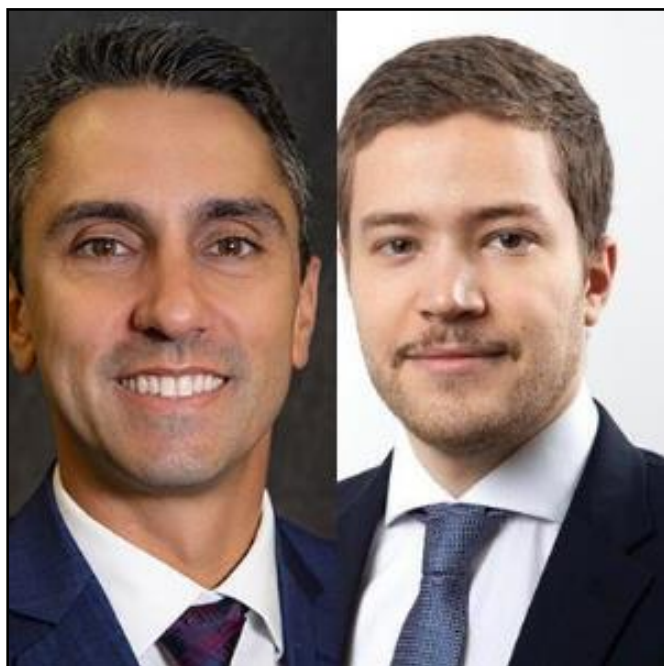
Continuação: Dúpes e propriedade intelectual: O limite entre inspiração e violação na era do consumo

canismos de proteção disponíveis aos titulares dos direitos violados. O debate em torno dos dúpes mostra um dilema da economia contemporânea: como conciliar o direito de acesso a produtos e tendências com a proteção efetiva da criação intelectual e do investimento em inovação? Se, por um lado, as imitações democratizam o consumo e estimulam a competitividade, por outro, podem desvalorizar o trabalho criativo, enfraquecer marcas e desincentivar o desenvolvimento de novos produtos. O caminho mais promissor parece ser a combinação de

evolução legislativa, estratégias empresariais criativas, investimento em tecnologia e uma reflexão social mais ampla sobre o valor da originalidade.

Em um mercado global cada vez mais veloz e interconectado, a capacidade de adaptar-se a esse novo cenário definirá não apenas o sucesso comercial, mas também os contornos da própria propriedade intelectual na próxima década.

O furto de informações e seu o vácuo legislativo



Decisão do STJ expõe lacuna na proteção penal de dados corporativos e reforça a urgência de atualizar a legislação para a era digital.

No cenário empresarial contemporâneo, a informação digital tornou-se um dos ativos mais valiosos e, ao mesmo tempo, um dos mais vulneráveis em qualquer organização. Tanto é verdade que a proteção desses dados, especialmente aqueles de natureza confidencial ou estratégica, é uma preocupação crescente, impulsionada pela digitalização das operações e intensificação da concorrência. Contudo, a evolução tecnológica e as novas formas de violação de dados frequentemente superam a capacidade de resposta do arcabouço jurídico, criando lacunas que expõem as empresas a riscos significativos. Nesse contexto, destaca-se a recente e importante decisão proferida pelo STJ, nos autos do REsp 2.209.066/SP, sob a relatoria do ministro Rogério Schietti, que lançou luz sobre um vácuo legislativo na tutela penal da integridade dos dados digitais corporativos no Brasil.

Referida decisão discutiu a interpretação do conceito de "subtrair" no contexto digital e a inadequação das ferramentas penais atuais para lidar com a complexidade da proteção de dados corporativos. Em bre-

víssimo resumo, uma ex-gerente de uma grande indústria aeroespacial foi denunciada pela suposta prática de furto, art. 155 do CP, teoricamente consumado em razão de cópia desautorizada de documentos digitais sigilosos. Tais cópias teriam sido realizadas durante seus últimos dias de companhia, quando, logo em seguida, foi contratada pela principal concorrente comercial da empresa. Em primeira instância, a ex-gerente foi absolvida da acusação, tendo o Juízo concluído que a prova produzida durante a instrução era insuficiente para a demonstração do dolo nas condutas praticadas. A sentença, contudo, foi reformada pelo TJ/SP que, em sede de apelação, entendeu que "houve a efetiva inversão da posse atinente à cópia do arquivo de propriedade da empresa-vítima, não havendo se falar em atipicidade".

Foi assim que o caso chegou ao STJ. Por meio do REsp 2.209.066/SP, a defesa sustentou que, dentre outros pontos, o art. 155, § 4º, inciso II, do CP não se subsumiria ao fato. Ao se debruçar sobre a matéria, o relator deu provimento ao recurso, esmiuçando a compreensão que se deve ter sobre o verbo nuclear do tipo penal do furto - "subtrair". Segundo o ministro, "A conduta de copiar um documento sem autorização do seu titular não se subsume à conduta de subtrair", na medida em que, "Ao ser copiado, o documento original não é retirado da posse da vítima e, portanto, não sai da sua esfera de proteção ou disponibilidade", para além do fato do resultado jurídico do crime de furto consistir no prejuízo patrimonial, o que não se dá pela cópia de documento, mas sim, eventualmente, por sua indevida utilização. Correto ou não, referido julgado não apenas escancara um notório vácuo na tutela penal de um assunto tão delicado e sensível como a proteção de dados digitais corporativos, mas também serve de alerta, pois o legislador brasileiro precisa revisitar e modernizar o arcabouço jurídico-penal para acompanhar a velocidade e a complexidade das relações digitais e dos novos modelos de violação de ativos intangíveis.

A promulgação da LGPD (lei 13.709/18), es-

tabeleceu parâmetros normativos e principiológicos que evidenciam a relevância da tutela de dados digitais. Todavia, o diploma legal, de natureza administrativa e civil, acabou por não tipificar condutas que, embora gravemente lesivas à segurança da informação das organizações, permanecem sem uma resposta penal adequada. Por outro lado, a EC 115/22, em seu art. 5º, inciso LXXIX, estabeleceu a proteção de dados pessoais em meios digitais como garantia constitucional. Portanto, a integridade dos dados digitais de empresas é constitucionalmente assegurada. É bem verdade que o ordenamento jurídico brasileiro já dispõe de instrumento que procura tutelar a confidencialidade de informações empresariais. O art. 195, inciso XI, da lei de propriedade industrial (lei 9.279/96), tipifica como delito de concorrência desleal a divulgação, exploração ou utilização desautorizada de dados confidenciais empregados na indústria, comércio ou prestação de serviços, por quem a eles teve acesso em virtude de relação contratual ou empregatícia.

No entanto, a despeito de ser crime de ação penal privada, que por si só já é um entrave, a eficácia dessa proteção esbarra em um obstáculo probatório colossal: a necessidade de comprovar o fim específico a que se destinou tal informação ou documento obtido de forma desautorizada. Tal exigência, sob pena de atipicidade da conduta, torna a persecução penal extremamente complexa, especialmente porque a utilização desses dados geralmente ocorre em ambientes privados e de maneira velada ou camuflada no universo digital, o que dificulta sobremaneira uma produção probatória robusta e apta a demonstrar a efetiva prática do delito de concorrência desleal. Em outras palavras, referido artigo não tutela de forma eficaz o furto de informação. O próprio caso trazido para discussão é exemplo paradigmático dessa dificuldade, pois, o Juízo de primeiro grau, ao proferir a sentença absolutória, observou justamente a ausência de provas de que os documentos copiados haviam sido, de fato, utilizados pela empresa concorrente.

Embora seja plausível que, em algumas situações, a comprovação não tenha ocorrido porque realmente

não se compartilhou as informações, a realidade demonstra que inúmeros são os casos em que dados empresariais replicados indevidamente são sabidamente compartilhados com concorrentes, mas a natureza intangível e a facilidade de ocultação da prova impedem a devida responsabilização penal. É nesse ponto que se torna imperativo argumentar que o simples ato de copiar a informação confidencial, por si só, já é profundamente lesivo e deve ser tutelado pelo direito penal. Não se trata apenas de uma questão de potencial prejuízo futuro, mas de uma violação imediata e intolerável da propriedade e da confiança. Informações são ativos estratégicos, desenvolvidos e mantidos pela empresa, e sua confidencialidade é a base de seu valor competitivo. Permitir que tais dados sejam replicados e levados para a esfera particular de um colaborador, mesmo que sem uma intenção comprovada de uso ou divulgação imediata, representa uma quebra irremediável da segurança e da exclusividade.

A partir do momento em que um dado estratégico é replicado sem autorização, a empresa detentora perde o controle sobre sua confidencialidade, independentemente de haver ou não uma utilização imediata. A mera existência de uma cópia não autorizada fora da esfera de proteção legítima já representa uma violação da segurança e da exclusividade da informação e gera risco iminente e até mesmo incalculável de dano futuro - seja por vazamento, venda a terceiros ou uso anticompetitivo. Em um cenário onde a informação é um ativo intangível de valor inestimável, a replicação indevida não subtrai o original, mas destrói seu caráter de exclusividade e segredo, elementos essenciais para sua valoração econômica. Criminalizar o ato da cópia desautorizada não só ofereceria um mecanismo de dissuasão mais eficaz contra a apropriação indevida de segredos comerciais, mas também simplificaria a prova do delito, focando na conduta de violação da confidencialidade e não na subsequente e muitas vezes indetectável utilização, alinhando a legislação penal à dinâmica da era digital e à proteção efetiva do patrimônio informacional das empresas.

Na vanguarda do tema, os Estados Unidos, há anos,

dispõem, no Título 18, Seção 1832, do U.S. Code, que a cópia, duplicação, fotografia ou download desautorizado de segredo comercial relacionado a um produto ou serviço utilizado ou destinado ao uso no comércio interestadual ou internacional, em benefício econômico de qualquer pessoa que não seja o proprietário deste segredo, e com a intenção ou conhecimento de que a ofensa prejudicará o proprietário, constitui crime (18 U.S. Code § 1832 - Theft of trade secrets). Evidente que a interpretação restritiva do conceito de furto pelo STJ, somada às limitações da LGPD no âmbito penal e às dificuldades probatórias da lei de propriedade industrial, expõe uma perigosa fragilidade na proteção dos ativos digitais corporativos no Brasil. É inegável que a criminalização de condutas como a cópia desautorizada de dados no Brasil representaria não só um avanço significativo no combate à criminalidade contra empresas, mas a concretização da efetiva proteção constitucionalmente assegurada pelo art.

5º, inciso LXXIX, da Constituição Federal. Cabe,

portanto, ao legislador, atuar para suprir essa importante lacuna normativa. A mera cópia desautorizada de informações confidenciais, longe de ser um ato inócuo, representa uma violação direta da propriedade intelectual e da segurança empresarial, pois gera um risco sistêmico e inaceitável. Em um cenário onde a proteção de dados pessoais já ascendeu ao patamar constitucional há tempo, é imperativo que o legislador brasileiro reconheça o valor estratégico da informação corporativa e, conseqüentemente, promova a readequação do arcabouço penal. A criminalização do simples ato de replicar dados confidenciais sem permissão, à semelhança de legislações mais avançadas, não apenas alinharia nosso ordenamento jurídico à realidade da economia digital, mas também conferiria às empresas a segurança jurídica indispensável para inovar, concorrer lealmente e prosperar.

TV Globo pode ser obrigada a pagar R\$ 200 milhões ao viúvo de Gilberto Braga após remake de 'Vale Tudo'; entenda a polêmica

Enquanto 'Três Graças', de Aguinaldo Silva, assume o horário nobre, a briga por 'Vale Tudo' continua nos bastidores e pode parar nos tribunais

"Vale Tudo" já acabou mas ainda segue rendendo polêmica a novela que foi substituída por "Três Graças" de Aguinaldo Silva no horário nobre da TV Globo. O remake, assinado por Manuela Dias, que é acusada de proteção interna do "todo-poderoso" da emissora, trouxe de volta aos telespectadores uma das histórias mais marcantes da teledramaturgia brasileira, mas acabou provocando uma grande controvérsia fora das telas e pode até parar na Justiça.

O motivo? O viúvo do autor original, o decorador Edgar Moura Brasil, fez críticas públicas contundentes à adaptação, afirmando que a releitura "destruiu" o legado deixado por Braga. O casal viveu junto por 48 anos, e Edgar teria se sentido pessoalmente atingido pela forma como a obra foi reinterpretada. Entenda o que pode levar o caso à Justiça

Segundo informações divulgadas pela coluna da revista VEJA, o advogado Ricardo Sevecenco, especialista em **direitos** autorais, explicou que Edgar pode processar a Globo caso se comprove que houve descaracterização da obra original.

Se isso acontecer, a emissora poderia ser condenada a pagar 10% do faturamento total arrecadado com o remake, valor que, de acordo com estimativas, poderia chegar a R\$ 200 milhões.

O advogado pondera, no entanto, que o tema é delicado. "De um lado tem a Globo, que divulgou um re-

make, ou seja, uma nova versão, o que podemos considerar uma adaptação. Para se adaptar, precisa ter os direitos, e entendo que ela tem. Do outro lado, o viúvo e familiares afirmam que a adaptação 'se perdeu', que os créditos aos autores originais foram poucos e mencionaram as mudanças substanciais", explicou Sevecenco. Um caso complexo e subjetivo

A questão central gira em torno do direito moral do autor, que permite aos herdeiros contestar alterações que distorçam a essência de uma criação artística. "O direito moral sempre pode ser questionado pelo viúvo ou familiares, caso entendam que o autor não foi creditado adequadamente ou que a adaptação deturpou de forma grave o 'espírito' da obra original", completou o advogado.

Segundo ele, avaliar se houve descaracterização exige um perito judicial, que analisaria detalhadamente as duas versões da novela. "Mas o quanto se descaracterizou é algo muito subjetivo. Seria um caso bem complexo", afirmou. Polêmica à parte, remake dividiu opiniões

A produção assinada por Manuela Dias dividiu opiniões desde sua estreia. Alguns fãs elogiaram a modernização do enredo e a inclusão de temas atuais, enquanto outros criticaram as mudanças em personagens e diálogos icônicos da versão de 1988.

Apesar das críticas, Edgar Moura Brasil ainda não confirmou se pretende realmente mover uma ação judicial contra a emissora. A TV Globo, por sua vez, não se pronunciou oficialmente sobre o caso até o momento.

George R.R. Martin processa OpenAI e Microsoft por uso não autorizado de suas obras em IA

George R.R. Martin entrou com uma ação judicial contra a OpenAI e a Microsoft por violação de **direitos** autorais. O caso, que envolve o uso não autorizado de sua **propriedade** intelectual por sistemas de inteligência artificial, acaba de receber sinal verde para prosseguir após decisão judicial proferida nesta segunda-feira.

O autor de Game of Thrones não está sozinho nesta batalha legal. Ele se junta a outros escritores renomados que alegam que suas obras foram utilizadas sem permissão para treinar modelos de IA como o ChatGPT. A decisão que permite o andamento do processo foi tomada pelo juiz federal Sidney Stein, dos Estados Unidos.

No centro da polêmica está um esboço gerado pelo ChatGPT para um suposto novo livro da saga, intitulado A Dance with Shadows. Segundo a análise judicial, este conteúdo pode ser considerado "substancialmente similar" ao trabalho original de George R.R. Martin, justificando assim a continuidade do

processo.

"Esta similaridade é suficiente para permitir que o processo dos autores continue", escreveu o juiz Stein em sua decisão. A questão levanta importantes debates sobre os limites legais do uso de obras protegidas para treinamento de sistemas de inteligência artificial.

George R.R. Martin, conhecido mundialmente pela série de livros que inspirou a produção de Game of Thrones da HBO, enfrenta agora um capítulo jurídico que pode estabelecer precedentes importantes para o mundo editorial e tecnológico.

Enquanto isso, fãs da saga continuam aguardando pelo lançamento de The Winds of Winter, próximo volume da série literária que está em desenvolvimento há anos.

Fonte: Collider

China ajusta leis digitais para enfrentar plágio e IA: da ficção online à proteção real

A explosão dos minidramas chineses - produções curtas, virais e de baixo custo que se multiplicam nas plataformas digitais - escancarou um dos maiores dilemas da era tecnológica: o plágio em massa de obras publicadas na **internet**.

Enquanto escritores lutam por reconhecimento e proteção, o governo chinês responde com novas leis que buscam equilibrar inovação, ética e responsabilidade em meio à ascensão da inteligência artificial. Plataformas velozes, direitos lentos

A febre dos minidramas, filmados em poucos dias e lançados em ritmo frenético, é alimentada por uma prática controversa: a cópia sistemática de romances digitais.

Reportagem do portal Sixth Tone revelou o caso da escritora Yang Xing, de Xi'an, que viu sua história *Irmã Renascida* ser reproduzida quase linha por linha em uma série de 45 episódios que alcançou 14 milhões de visualizações.

Após reunir provas e denunciar o plágio, Yang recebeu 39 mil yuans - metade destinada à plataforma de publicação. A maioria dos autores, no entanto, ganha bem menos: cerca de 3 mil yuans (R\$ 2.100) por textos de aproximadamente 10 mil caracteres, enquanto estúdios lucram centenas de vezes mais.

Entre 2021 e 2025, foram lançados mais de 150 mil minidramas na China. A maior parte é produzida por pequenos estúdios que reciclam enredos de sucesso para disputar atenção nas redes.

Quando o plágio é descoberto, o conteúdo já foi amplamente monetizado - e ações judiciais podem levar até dois anos, raramente resultando em indenizações significativas. A resposta de Pequim: IA sob supervisão

Em meio a essa corrida tecnológica, a China acaba de aprovar uma emenda à Lei de Cibersegurança, que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2026.

O texto introduz um novo artigo sobre o "desenvolvimento seguro e saudável da inteligência artificial", estabelecendo um marco legal para garantir transparência, rastreabilidade e responsabilidade no uso de algoritmos e dados.

Embora não trate diretamente de **direitos** autorais, a emenda impacta o ecossistema criativo ao exigir:

Monitoramento de riscos em algoritmos;

Avaliação ética no uso da IA; Integração entre cibersegurança, proteção de dados e **propriedade** intelectual.

Na prática, plataformas e estúdios passam a ter obrigações legais mais claras quanto a conteúdos criados ou adaptados por IA - inclusive em casos de violação autoral.

"À medida que a IA permeia todos os aspectos da vida cotidiana, a segurança deve se tornar o foco central da **inovação** tecnológica", afirmou Li Hewu, vice-diretor do Instituto de Ciências e Ciberespaço da Universidade Tsinghua, à Xinhua. Estabilidade política, leis dinâmicas

A atualização da Lei de Cibersegurança revela o modo singular como a China legisla: sem alterar seu sistema político centralizado, o país refina continuamente suas normas para acompanhar transformações sociais e tecnológicas.

O Partido Comunista da China (PCCh) continua no comando, mas ajusta as regras de forma pragmática, com base em diagnósticos técnicos, consultas públicas e metas de longo prazo.

Continuação: China ajusta leis digitais para enfrentar plágio e IA: da ficção online à proteção real

Ao contrário de muitos países ocidentais - onde mudanças de governo interrompem políticas públicas e paralisam reformas estruturais - , o sistema chinês opera em ciclos de continuidade institucional.

Essa combinação de estabilidade política e atualização constante permite reagir rapidamente a fenômenos como o plágio digital e o uso indevido da IA, mantendo coerência e soberania digital na estratégia de desenvolvimento nacional. O caso dos influenciadores capacitados

A emenda de 2025 dialoga com as normas de 2022, que já haviam regulamentado a atuação dos influenciadores - um exemplo de legislação que evolui com a realidade digital.

Em junho de 2022, a Administração Nacional de Rádio e Televisão e o Ministério da Cultura e Turismo estabeleceram que influenciadores e apresentadores de transmissões ao vivo só podem tratar de temas "profissionais" - como medicina, finanças, direito e educação - se possuírem licenças ou qualificações oficiais em suas áreas.

Plataformas como Douyin (versão chinesa do TikTok) e Kuaishou (apoiada pela Tencent) passaram a verificar e registrar as credenciais dos criadores

As regras também abrangem conteúdos gerados por inteligência artificial, que devem seguir os mesmos padrões de transparência e responsabilidade aplicáveis aos criadores humanos. Da prática ao aperfeiçoamento jurídico

Essa política reflete a tradição jurídica evolutiva da China, onde as leis são ajustadas conforme as mudanças sociais e tecnológicas, sem que o Estado precise alterar sua estrutura política.

Enquanto outros países enfrentam impasses legislativos e polarização partidária, a China mantém continuidade e eficiência normativa, refinando suas

regras com base técnica e pragmatismo político.

A norma de 2022 foi uma resposta direta à desinformação digital, especialmente em temas que influenciam decisões de saúde e finanças pessoais.

Ao exigir qualificação profissional, o Estado busca garantir que o conteúdo digital seja confiável, rastreável e socialmente responsável - consolidando uma governança digital preventiva, não apenas punitiva.

"Fortalecer o alinhamento entre as leis amplia o poder de dissuasão contra abusos", explicou Li Hewu. Planejamento estatal e expansão acelerada da IA

A emenda de 2025 à Lei de Cibersegurança está alinhada ao 15º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico e Social Nacional, aprovado pelo Comitê Central do PCCh. O documento determina que a China deve "fortalecer a governança sobre a inteligência artificial e aperfeiçoar leis, regulamentos, políticas, sistemas, padrões de aplicação e códigos éticos", demonstrando a integração entre **inovação** tecnológica e segurança cibernética.

Essa diretriz reflete uma característica central do modelo chinês: o planejamento de longo prazo como instrumento de regulação. Diferentemente de países que reagem a crises, a China atua de forma prospectiva, antecipando riscos sociais e éticos das tecnologias emergentes.

Os números mostram a dimensão desse avanço. Segundo o Centro de Informação da Rede da **Internet** da China (CNNIC), o país registrou 515 milhões de usuários de IA generativa em junho de 2025, o dobro do número verificado seis meses antes. No total, a China já ultrapassa 1,1 bilhão de internautas, com taxa de penetração de 79,7% - dados que revelam a rápida incorporação da IA à vida cotidiana, das buscas e traduções à criação artística e ao atendimento automatizado.

Continuação: China ajusta leis digitais para enfrentar plágio e IA: da ficção online à proteção real

Esse crescimento consolidou o país como a segunda maior potência global em inovação em IA, atrás apenas dos Estados Unidos, segundo o Índice Mundial de Inovação em Inteligência Artificial, divulgado na Conferência Mundial de IA de 2025.

Relatório do Centro Nacional de Resposta a Emergências de Vírus de Computador aponta um aumento expressivo nos riscos associados à IA, com ataques cibernéticos representando 29% e vazamentos de dados 26% das ocorrências em 2025.

Esses dados mostram que a atualização da Lei de Cibersegurança não é apenas uma medida jurídica, mas parte de uma estratégia estatal abrangente - que une ciência, economia e política sob o mesmo princípio: inovação e segurança devem avançar lado a lado. Entre inovação e ética

A emenda à Lei de Cibersegurança que acaba de ser aprovada também reforça a integração entre leis já existentes - como o Código Civil e a Lei de Proteção de Informações Pessoais - ampliando as punições para empresas e plataformas que violem regras de segurança ou manipulem dados. As sanções incluem multas elevadas, suspensões e até revogação de licenças em casos graves.

Especialistas veem a mudança como um passo de convergência entre cibersegurança e **propriedade**

intelectual, buscando construir um ecossistema digital produtivo e ético, capaz de proteger tanto criadores humanos quanto a integridade dos dados e das tecnologias emergentes. Da ficção online à proteção real

O caso de Yang Xing simboliza um desafio global: na era da inteligência artificial, distinguir inspiração de cópia tornou-se quase impossível. Ferramentas capazes de gerar textos, roteiros e imagens em segundos estão diluindo as fronteiras entre autoria e automação.

Com as novas leis, espera-se que sistemas de rastreamento e autenticação digital baseados em IA ajudem a proteger os criadores originais. Ainda assim, o desafio é cultural e econômico: num mercado regido por algoritmos e lucros rápidos, a ética criativa corre o risco de ser deixada para trás.

A China, contudo, não reage - antecipa-se: transforma crises tecnológicas em instrumentos de regulação, ajusta suas leis a partir da prática e reafirma uma máxima que define seu modelo de governança digital: estabilidade política, adaptação constante e soberania sobre o futuro.

Setor privado é o que mais debate IA em audiências na Câmara, diz estudo



Segundo estudo do Data Privacy Brasil (DPBR), o setor que mais participou das audiências públicas foi o privado, com 29,9% das representações, seguido de governo com 26,9%, sociedade civil com 25,4% e comunidade técnico-científica com 17,9%. #teletime #teletimenews

A Data Privacy Brasil (DPBR), entidade da sociedade civil que atua na área de privacidade, proteção de dados e direitos digitais, publicou uma análise dos participantes das audiências públicas realizadas pela Comissão Especial sobre Inteligência Artificial (IA) da Câmara dos Deputados, que analisa o PL 2338/2023, que cria o marco legal para o tema no País.

No total, a comissão realizou, entre 20 de maio e 30 de setembro de 2025, 12 audiências públicas sobre o projeto: segundo o estudo, o setor que mais participou das audiências públicas foi o privado, com 29,9% das representações, seguido de governo, com 26,9%; sociedade civil, com 25,4%; e comunidade técnico-científica, com 17,9%.

Os principais pontos debatidos abrangeram equilíbrio entre inovação e regulação, infraestrutura e data centers, proteção de direitos fundamentais como privacidade, não discriminação, proteção de crian-

ças, **direitos** autorais na IA, governança de sistemas de IA e soberania digital, diz o estudo.

O DPBR também observou que os debates expuseram escolhas regulatórias ainda em aberto, como criar um novo regulador ou fortalecer a ANPD (agora agência reguladora) e a Anatel; definir o conceito de IA e a gradação de riscos; adotar remuneração pelo treinamento ou pelo uso comercial em **direitos** autorais; optar por regular modelos fundacionais ou sistemas; aplicar regras proporcionais para entes públicos ou regras uniformes; e priorizar soberania e infraestrutura nacionais ou integração global.

Também foram observadas propostas novas, como a que sugere a criação de um selo de conformidade com atenção às pequenas e médias empresas; salvaguardas para a área de saúde com bioética e exigência de eficácia clínica; criação de uma política de descentralização de data centers; e diferenciação regulatória entre entes públicos e privados.

Na análise dos debates, a entidade também identificou o chamou de "temas emergentes", que não haviam sido explorados nas discussões do PL 2.338/2023 no Senado Federal em profundidade, como soberania digital estadual (relação entre políticas da União e políticas estaduais); infraestruturas computacionais compartilhadas; e os comitês de bioética digital.

Nissan e Mercedes alertam sobre crise de fornecimento de chips

A Nissan Motor e a Mercedes-Benz alertaram sobre o agravamento da crise no fornecimento de semicondutores nesta quarta-feira, destacando as crescentes repercussões da disputa entre a Holanda e a China sobre a fabricante holandesa de chips Nexperia.

O impasse comercial e de **propriedade** intelectual entre a China e o governo holandês sobre a Nexperia, cujos chips são amplamente utilizados em componentes automotivos, é o mais recente desafio para um setor que já está lutando contra as tarifas dos EUA e as restrições chinesas de terras raras.

O alerta é também um lembrete da vulnerabilidade dos fabricantes de automóveis diante dos atritos comerciais entre a China e o Ocidente.

A China proibiu as exportações de produtos acabados da Nexperia de suas fábricas chinesas depois que o governo holandês, em setembro, assumiu o controle da fabricante de chips, alegando preocupação com a possível **transferência** de tecnologia para a matriz chinesa da Nexperia, a Wingtech.

A empresa chinesa foi apontada pelos Estados Unidos como um possível risco à segurança nacional.

"Não é uma questão pequena, é uma questão grande", disse o diretor de desempenho da Nissan, Guillaume Cartier, aos repórteres quando perguntado sobre o impacto no fornecimento de chips.

"No momento, não temos visibilidade total".

Cartier, em uma entrevista em grupo no Japan Mobility Show, em Tóquio, disse que a montadora estava "bem até a primeira semana de novembro" em termos de fornecimento de chips.

Embora fosse possível ter uma noção do estado do fornecimento em seus principais fornecedores, ficou mais difícil no final da cadeia de suprimentos, disse ele.

A fabricante de automóveis alemã Mercedes-Benz está agora procurando outros fornecedores pelo mundo, disse o presidente-executivo Ola Kaellenius nesta quarta-feira.

Kaellenius também disse que era difícil prever como a situação se desenrolaria.

No Brasil, um importante centro automotivo, algumas montadoras de automóveis podem paralisar suas produções dentro de duas a três semanas se uma crise internacional na oferta de chips persistir, afirmou na terça-feira o secretário do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços Uallace Moreira.

O governo brasileiro está entrando em contato com as autoridades chinesas para encontrar uma solução, disse Moreira.

Startups desenvolvem robôs para o agro

ECONOMIA



Robô Train Vreevil, disponível há um mês no país, evita a necessidade de o trabalhador entrar nos sítios

Agricultura de precisão ganha espaço também para reduzir custos

A agricultura de precisão está transformando a maneira como o mundo cultiva e produz alimentos. Drones, robôs, imagens de satélite e inteligência artificial (IA) aparecem como alternativas para aumentar a produtividade e reduzir custos. Agora, novas tecnologias focam na conservação de precisão, uma transformação que posiciona os benefícios ambientais no mesmo patamar dos objetivos de produção.

- Há um movimento crescente que busca criar soluções em tecnologia para aumentar a produtividade e cuidar do meio ambiente simultaneamente - afirma Dirceu Ferreira Júnior, sócio-líder da PwC Agtech Innovation, o hub de inovação no agronegócio da PwC Brasil.

Segundo Ferreira Júnior, as ideias para o desenvolvimento dos produtos vêm principalmente dos agricultores, e as agtechs de diferentes portes e áreas se debruçam para encontrar a melhor forma de colocar em prática, principalmente de modo que a alternativa seja viável.

Para Luciano Fernandes, CEO da Treesales, consultoria especializada em transformação digital no campo, entre os problemas que mais têm inspirado as startups a buscar soluções estão gestão hídrica, rastreabilidade, eficiência energética, mecanização inteligente e previsibilidade da safra, com uso de satélites e monitoramento do clima.

- Tudo isso, impulsionado pela urgência climática e exigências de práticas sustentáveis - afirma Fernandes.

MAIS PATENTES

Um levantamento do **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**) mostra que o Brasil ocupa a nona posição global como fonte de **patentes** em agricultura sustentável. No país, 15,7% das invenções nessa área estão ligadas à agricultura digital, proporção acima da média mundial. Segundo o Observatório de **Patentes** e Tecnologia da Organização Europeia de **Patentes** (OEP), entre as tecnologias que mais crescem no mundo estão sensoriamento de solo e clima via imagens de satélite, automação de tarefas como pulverização e colheita de precisão, baseadas principalmente no uso de drones e inteligência artificial, e agfintechs - startups de tecnologia financeira com foco no agro - que oferecem serviços como automação de análise de crédito.

A ManejeBem, startup de capacitação digital de comunidades rurais, criou a Impactools, ferramenta para conectar produtores e agroindústria oferecendo serviços e diagnósticos para produtores agropecuários.

A plataforma dá acesso a diagnósticos socioambientais, consultoria para sustentabilidade e gestão de indicadores para incrementar práticas que assegurem valor agregado aos produtores.

- Temos resultados expressivos, com aumento de até

Continuação: Startups desenvolvem robôs para o agro

80% na produtividade e melhora de 27% dos níveis de sustentabilidade das unidades - afirma Juliane Blainski, CEO da startup e cofundadora, ao lado de Caroline Luiz Pimenta.

A empresa atende atualmente cerca de 400 mil produtores rurais em 240 municípios.

Com as mudanças climáticas causando enchentes e secas, agtechs e universidades brasileiras têm buscado desenvolver ferramentas, algumas com IA, que permitam antever os riscos e ajudem os profissionais do agronegócio nas tomadas de decisão.

A Agrottools, por exemplo, lançou em 2023 uma ferramenta de monitoramento climático via satélite que inclui, desde o ano passado, alertas de incêndio, com captação de sinais até três vezes por dia.

Quando o assunto são robôs, a criatividade também entra em campo. Há um mês, está disponível no país o Grain Weevil, um "robô de segurança" para gerenciamento de grãos que reduz a necessidade de os trabalhadores entrarem em silos.

- A proposta é reduzir os riscos a longo prazo, devido

à exposição à poeira, além de eventuais acidentes por aprisionamento, quedas ou incêndios. E mais do que um substituto para a pá: é um recurso versátil que elimina os riscos de trabalhar dentro de silos, ao mesmo tempo em que melhora a qualidade dos grãos - diz Vinícios Correa, que representa o Grain Weevil no país.

Essa primeira versão disponível do robô ainda não é 100% autônoma - ela funciona por controle remoto, mas uma segunda geração já está em desenvolvimento para operar completamente sozinha, ser capaz de realizar inspeções de grãos e atuar também sobre materiais granulares, como fertilizantes.

ROBÔ COM CÂMERAS

Já o robô Solix, da Solinfitec, trabalha de forma autônoma para monitorar e diagnosticar plantações. Ele vem munido com 14 câmeras, cujas imagens, processadas por inteligência artificial, captam informações e orientam decisões do produtor e da própria máquina, como microaplicações de herbicidas no caso de detecção de plantas daninhas.

Ostras do Cabaraquara, no Paraná, conquistam selo de Indicação Geográfica

TURISMO



Com o reconhecimento, país alcança 145 IGs, sendo a 22ª no estado do Paraná

Ostras do Cabaraquara, no Paraná, conquistam selo de Indicação Geográfica ((Foto: Divulgação/Sebrae-PR))

Com sabor único e tradição no cultivo desde os anos 80, as ostras do Cabaraquara (PR) foram reconhecidas nesta terça-feira (28) pelo **Instituto** Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) como **Indicação** Geográfica (IG) na modalidade de Procedência (IP). Na prática, isso significa que os moluscos nativos possuem qualidade, reputação ou características específicas ligadas à região.

Fique por dentro das notícias que importam para você!

SIGA O CORREIO BRAZILIENSE NO SIGA O CB NO

O município produtor está localizado no litoral do Paraná, na Baía de Guaratuba, tendo como limite as escarpas da Serra do Mar, a oeste, e o Oceano Atlântico, a leste, com extensão de 50,19 km². O pedido foi oficializado em 21 de junho de 2024.

A Associação Guaratubana de Maricultores (A-

guamar) foi a responsável pelo depósito do pedido. Segundo o presidente e produtor local, Elvisley José Rocha Ferreira, a associação conta com cerca de dez produtores atuando na maricultura com produção de cerca de 80 mil dúzias anualmente. O reconhecimento vem para somar a todas as frentes da economia, como o turismo, a gastronomia e a comercialização segura.

"A procura pelas ostras vem aumentando. Todo o processo de reconhecimento já fez grande diferença e, com essa conquista, teremos ainda mais credibilidade no mercado", destacou.

O processo de organização da Aguamar para obtenção do selo começou em 2022 com apoio de diversos parceiros, entre eles o Sebrae.

Atualmente o Brasil conta com 145 IGs, sendo esta a 22ª do estado. Somente nos últimos dois anos, o Sebrae realizou 95 diagnósticos de IGs em todo o país. Deste total, 69 têm potencial para adquirir a certificação.

"As ostras de Cabaraquara são um exemplo do potencial produtivo e da excelência que os pequenos empreendedores locais podem alcançar quando unem tradição, cuidado com o meio ambiente e conhecimento técnico", avalia Hulda Giesbrecht, coordenadora de Tecnologias Portadoras de Futuro do Sebrae Nacional.

As ostras produzidas na localidade de Cabaraquara apresentam sabor leve e adocicado e representam, de acordo com o **INPI**, um santuário ecológico onde di-

Continuação: Ostras do Cabaraquara, no Paraná, conquistam selo de Indicação Geográfica

versas fazendas marinhas e restaurantes realizam a produção e comercialização de ostras, sendo a ostreicultura a principal atividade econômica realizada na área geográfica.

Siga o @portaluiturismo no Instagram e no TikTok
@uai.turismo

Crédito escasso e insegurança jurídica limitam inovação no agro



Biotecnologia é campo que país pode avançar, mas há entraves. E são investimentos de longo prazo que demoram até mais de uma década para serem maturados, dizem analistas

O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo e o segundo maior exportador, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, mas ainda patina em pesquisa, desenvolvimento e inovação na agropecuária. As dificuldades, segundo especialistas, devem-se especialmente ao ambiente de insegurança jurídica para esse tipo de projeto e à falta de mecanismos consistentes de financiamento.

- De maneira geral, o investimento em pesquisa e inovação no Brasil é bastante limitado. Essa é uma constante, que tem uma série de fatores, como instabilidade regulatória e as questões de segurança jurídica, mudanças frequentes de normas e uma legislação de patentes fraca, principalmente quando a gente fala em **biotecnologia** - afirma Thiago Falda, presidente-executivo da Associação Brasileira de Bioinovação (Abbi).

Eventuais barreiras comerciais, como as tarifas de 50% sobre a importação de uma série de produtos brasileiros que o governo americano impôs neste ano e políticas que priorizam investimentos locais, uma ação defendida pelo presidente dos EUA, Donald

Trump, podem agravar essa situação.

Antônio da Luz, economista-chefe da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), lembra que a maior parte do investimento em ciência no Brasil vem dos Estados Unidos:

- Por isso, a piora nas relações entre os dois países gera apreensão.

Longo prazo

Luz diz que, apesar de a agropecuária brasileira ter grande relevância, o país é pouco atrativo para investimentos, uma situação que a crise recente nas relações com os americanos pode agravar:

- O próprio presidente Donald Trump alegou que uma das razões para a taxação dos produtos brasileiros foi a nossa legislação de patentes frágil.

Biotechnologia é um segmento em que o Brasil pode ter bastante destaque, segundo a Abbi - e é um campo que está em franca expansão. O número de **patentes** em **biotecnologia** cresceu em média 6,3% ao ano na última década, segundo a **Organização** Mundial da Propriedade Intelectual (Wipo, na sigla em inglês).

Esses investimentos em inovação costumam ser de longo prazo. Leva anos, ou mesmo décadas, até que esses projetos comecem a gerar retornos tangíveis, avalia Karine Teixeira Borri, professora do Departamento de Administração, Economia e Sociologia da Esalq, da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea):

- Essa natureza de longo prazo dificulta ajustes rápidos em resposta a mudanças geopolíticas pontuais, como tarifas comerciais ou novas exigências regulatórias. Os projetos de pesquisa em andamento, as

Continuação: Crédito escasso e insegurança jurídica limitam inovação no agro

equipes já formadas e a infraestrutura que se cria representam investimentos estabelecidos, que não se consegue realocar geograficamente com facilidade.

Na multinacional Basf, que investe mais de US\$ 915 milhões em pesquisa, desenvolvimento e inovação por ano - o que corresponde a uma fatia de 9% a 10% da receita da empresa no mundo -, a estratégia de longo prazo é global.

- Em um lançamento de um defensivo agrícola, obter uma nova molécula exige um investimento estimado de US\$ 300 milhões e 12 anos de pesquisa. Hoje, estamos desenvolvendo os produtos que estarão no mercado na próxima década - conta Marcelo Ismael, diretor de Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento da Basf Soluções para Agricultura na América Latina.

A companhia aplica parte desses recursos no mercado brasileiro, que segundo Ismael, tem papel estratégico para o grupo. A Basf mantém no país centros de pesquisa, estações experimentais e laboratórios que simulam as condições locais de produção.

Em outubro de 2024, a companhia inaugurou em Paulínia (SP) seu primeiro Centro de Tecnologia e Engenharia de Produtos na América Latina. A estruturação da unidade, que tem como objetivo tropicalizar as soluções da empresa para os mercados brasileiro e latino-americano, consumiu um investimento de R\$ 65 milhões.

Pesquisa pública

Os investimentos das multinacionais do setor ajudam o agro brasileiro a avançar, mas a pesquisadora Karine Borri, do Cepea, observa que ainda é o setor público, via órgãos e instituições como a Embrapa, o

responsável pela maior fatia dos aportes em pesquisa, desenvolvimento e inovação no agro. Nesse momento de incertezas comerciais e geopolíticas, esse quadro pode representar um certo alívio ao setor.

- Diferentemente de países em que o investimento privado em pesquisa agrícola é mais robusto, como os EUA, o Brasil mantém essa dependência da pesquisa pública. Isso cria uma estabilidade nos investimentos em inovação, uma vez que as decisões orçamentárias governamentais tendem a ser menos sensíveis às flutuações de curto prazo do mercado internacional do que as decisões de empresas privadas.

Mas os recursos são escassos. O orçamento deste ano da Embrapa, estatal federal de pesquisa agropecuária, é de R\$ 4,7 bilhões, apenas R\$ 335,1 milhões, pouco mais de 7% do total, são para aplicação no custeio das pesquisas. Salários consomem R\$ 4 bilhões.

Alexandre Nepomuceno, chefe-geral da Embrapa Soja, lembra que os investimentos brasileiros em inovação não chegam a 1% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, enquanto China, EUA e Europa investem mais de 3% do PIB.

- Para um país que depende do agronegócio, o Brasil investe pouco em ciência para o setor. Temos jovens brilhantes nas nossas universidades que se formam e não têm dinheiro para montar uma startup.

O programa Nova Indústria Brasil (NIB), do governo federal, prevê o aporte, de 2024 a 2029, de R\$ 546,6 bilhões em recursos públicos e privados para desenvolver cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética.

Continuação: Crédito escasso e insegurança jurídica limitam inovação no agro

Entre as metas está elevar o crescimento do PIB Renda Agroindústria para 3% ao ano, em 2026, e para 6% ao ano em 2033 (o indicador subiu, em média, 1,75% ao ano de 2019 a 2023), e aumentar a mecanização e o uso de tecnologia pela agricultura familiar para 35%

e 66%, respectivamente, em 2033. Há dois anos, os índices eram de 25% e 35%, nessa ordem.

USC Processa Google por Violação de Patentes em Tecnologia de Mapas e Navegação

28 Out - A Universidade do Sul da Califórnia (USC), nos Estados Unidos, processou o Google no tribunal federal do Texas, alegando que os aplicativos Google Earth, Maps e Street View da gigante da tecnologia violam seus direitos de patente.

A USC disse na denúncia que os produtos de mapas e navegação do Google infringem duas patentes relacionadas à tecnologia de sobreposição de imagens bidimensionais em modelos tridimensionais.

A USC afirmou em um comunicado que "buscava ser compensada de forma justa pelas importantes contribuições da universidade nesta área".

A USC, sediada em Los Angeles, afirmou que a tecnologia desenvolvida por um de seus professores "transformou a maneira como o mundo vivencia mapas digitais" ao integrar imagens 2D de locais em mo-

delos 3D navegáveis. A USC afirmou que a tecnologia do Google, que permite aos usuários explorar paisagens 3D, ampliar a visualização entre locais e navegar virtualmente pelas ruas, infringe suas patentes.

O processo afirma que o Google sabia da tecnologia patenteada há anos, tendo dado à universidade e ao professor um prêmio de pesquisa em 2007 pelo projeto que levou às patentes.

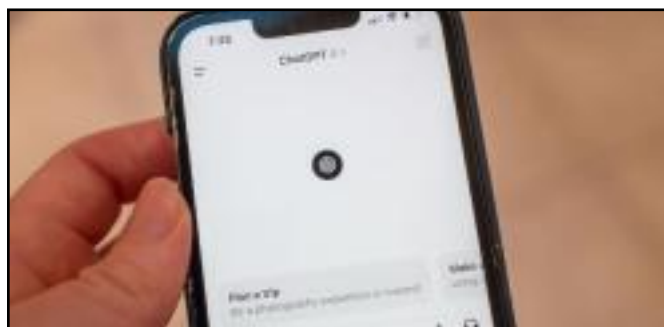
A USC solicitou uma indenização financeira de valor não especificado e uma ordem judicial impedindo a empresa de usar sua tecnologia.

O Google não respondeu de imediato ao pedido de comentário sobre o assunto.

(Com Reuters)

OpenAI completa transição para empresa e Microsoft passa a ter fatia de 27%

TILT



A OpenAI anunciou, nesta terça-feira, 28, uma nova etapa de sua parceria com a Microsoft, transformando a sua unidade que visa lucros em uma corporação de benefício público (PBC, na sigla em inglês), espécie de empresa com fins lucrativos que assume o

A OpenAI anunciou, nesta terça-feira, 28, uma nova etapa de sua parceria com a Microsoft, transformando a sua unidade que visa lucros em uma corporação de benefício público (PBC, na sigla em inglês), espécie de empresa com fins lucrativos que assume o compromisso de gerar benefícios públicos e operar de maneira responsável.

Com a mudança, a dona do Windows passará a ter controle sobre 27% da empresa criadora do ChatGPT, representando cerca de US\$ 135 bilhões.

"A OpenAI continua sendo a parceira da Microsoft no desenvolvimento de modelos de ponta, e a Microsoft mantém direitos exclusivos de **propriedade** intelectual e exclusividade no Azure API até o surgimento da Inteligência Artificial Geral (AGI) ... O novo contrato também aprimora e adiciona disposições que permitem que cada empresa continue a avançar de forma independente em inovação e crescimento", informou o comunicado publicado no site da OpenAI.

Dentre os pontos do acordo, as companhias fecharam um contrato exclusivo de **propriedade** intelectual para a tecnologia da OpenAI até 2032. A OpenAI fará uma compra adicional no valor de US\$ 250 bilhões em serviços do Azure, área da Microsoft para computação em nuvem. Com isso, a empresa criada por Bill Gates deixa de ter o direito de preferência para atuar como provedora de computação da OpenAI.

Além disso, a OpenAI poderá fornecer APIs (Interface de Programação de Aplicação) para o setor de segurança do governo dos Estados Unidos, independentemente do provedor de nuvem.

Perto das 19h14 (de Brasília), as ações da Microsoft subiam 0,18% no after hours da Bolsa de Nova York, após ganharem 1,98% na sessão regular de hoje. A empresa encerrou o dia com valor de mercado acima de US\$ 4 trilhões pela primeira vez.

Nota Técnica da Comissão de Direito da Moda da OAB SP sobre o PL 1.802/2024



Documento analisa proposta de doação de produtos apreendidos por falsificação para ações de assistência em desastres e calamidades públicas

Nota Técnica da Comissão de Direito da Moda da OAB-SP sobre o PL 1.802/2024

Doação de produtos apreendidos por falsificação para assistência em desastres e calamidades públicas

Destinatário: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal

Signatária: Comissão de Direito da Moda da OAB Seção São Paulo

Objetivo: Oferecer subsídios técnico-jurídicos para o aperfeiçoamento do PL 1.802/2024, aprovado na CCT, que altera a Lei de **Propriedade** Industrial para permitir a doação de produtos apreendidos por falsificação a vítimas de desastres/calamidades, inclusive com hipótese excepcional de doação sem descaracterização durante calamidade reconhecida pelo Poder Legislativo.

1) Sumário executivo

O Projeto de Lei (PL) 1.802/2024, de autoria do Senador Eduardo Gomes, teve sua aprovação na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CCT), sob a relatoria do Senador Carlos Portinho, e foi remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (C-CJ) em caráter terminativo. A proposição visa alterar a Lei de **Propriedade** Industrial (LPI) para viabilizar a doação de produtos apreendidos por falsificação a vítimas de desastres e calamidades públicas. A finalidade pública do projeto é louvável, buscando uma resposta humanitária ágil, a redução de custos de armazenamento e a mitigação dos impactos ambientais decorrentes da destruição desses bens. No entanto, o texto noticiado apresenta um ponto sensível: a hipótese de doação sem retirada de marca em situações de calamidade. Esta exceção requer análise e ajustes cuidadosos para evitar efeitos negativos sobre a **Propriedade** Industrial, a segurança do consumidor e o risco de desvio dos produtos.

2) Marco jurídico aplicável

A análise do PL 1.802/2024 deve ser pautada por um conjunto de normas e princípios que regem a matéria no ordenamento jurídico brasileiro:

2) Marco jurídico aplicável

A análise do PL 1.802/2024 deve ser pautada por um conjunto de normas e princípios que regem a matéria no ordenamento jurídico brasileiro:

2.1. Lei de **Propriedade** Industrial (Lei nº 9.279/1996): Protege as marcas e demais sinais distintivos, reprimindo a contrafação e o uso indevido, e prevendo instrumentos civis e penais para a defesa desses direitos.

2.2. Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/1941): Estabelece os ritos para a apreensão, a custódia da prova, o perdimento de bens e a sua destinação, assegurando o devido processo legal.

2.3. Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990): Garante a segurança do produto e do serviço, o direito à informação adequada e clara, e estabelece a responsabilidade por danos causados por

produtos com vício ou defeito.

2.4. Normas sanitárias e técnicas (ANVISA/INMETRO e certificações setoriais): Conjunto de regulamentos e padrões que visam garantir a saúde, a segurança e a qualidade de produtos comercializados no país, exigindo certificações e inspeções específicas.

2.5. Princípios Constitucionais: Dentre eles, destacam-se a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), a proteção à saúde (art. 6º e 196), a proporcionalidade na restrição de direitos e a função social da propriedade (art. 5º, XXIII), que devem nortear qualquer política pública de destinação de bens.

3) Análise técnica do texto noticiado:

O PL 1.802/2024, conforme noticiado, estabelece uma regra geral e uma exceção para a destinação de produtos contrafeitos apreendidos:

â Regra geral: Fora de situações de calamidade, a doação dos produtos apreendidos dependerá da descaracterização dos sinais distintivos, ou seja, da remoção ou neutralização das marcas falsificadas.

â Exceção: Em casos de calamidade pública reconhecida pelo Poder Legislativo, será permitida a doação sem a descaracterização dos sinais distintivos.

â Destinação de itens inseguros: Produtos que não possam ser doados com segurança deverão ser desmontados ou triturados, com os materiais aproveitáveis sendo destinados à reciclagem.

Benefícios Potenciais:

1. Agilidade Humanitária: Possibilita uma resposta mais rápida e eficiente às necessidades emergenciais de populações afetadas por desastres.

2. Redução de Custos Públicos: Diminui os gastos

com armazenamento, vigilância e, futuramente, com a destruição dos produtos apreendidos.

3. Menor Impacto Ambiental: Prioriza a doação ou a reciclagem em detrimento da destruição pura e simples, contribuindo para a sustentabilidade.

Riscos Identificados:

1. Confusão e Diluição de Marca: A doação de produtos com marcas falsificadas intactas, mesmo que sem fins comerciais imediatos, pode gerar confusão no consumidor, que pode associar o produto pirata ao titular da marca original, ou diluir o valor da marca ao vê-la associada a produtos de baixa qualidade, e até mesmo produtos ilícitos.

2. Reintrodução no Mercado Paralelo (Desvio/Revenda): Sem controles rigorosos, a doação de produtos com marca intacta cria um risco significativo de que esses bens sejam desviados e revendidos no mercado informal, estimulando a criminalidade.

3. Responsabilidade por Segurança e Qualidade: Produtos falsificados, por definição, não podem ter a garantia de que passaram por processos afeitos ao controle de qualidade e segurança. Diante desse fato, a proposta de doação pode expor os destinatários a riscos à saúde e à integridade física, gerando um potencial de responsabilização do Estado e de quem os distribuiu.

4. Cadeia de Custódia e Integridade das Provas: A destinação antecipada ou sem um registro adequado pode comprometer a cadeia de custódia e a integridade das provas necessárias para a persecução penal e civil dos ilícitos de contrafação.

5. Conflitos com Normas Setoriais: Há setores como o farmacêutico, alimentício, de brinquedos e eletrônicos, cujos produtos falsificados representam riscos altíssimos à saúde e segurança e são estritamente regulados por ANVISA e INMETRO. A doação des-

ses itens, mesmo em calamidade, pode colidir frontalmente com essas regulamentações.

4) Principais lacunas identificadas

Apesar do sadio e democrático debate social gerado, o texto noticiado do PL apresenta lacunas que precisam ser endereçadas para garantir a eficácia e a segurança da medida:

1. Ausência de definição técnica de "des-caracterização": O termo não tem conceito jurídico imediato, tampouco está definido no PL, o que pode levar a interpretações diversas e a métodos ineficazes para a remoção ou neutralização dos sinais distintivos.

2. Incerteza sobre o momento jurídico da destinação: Não fica claro se a doação pode ocorrer antes da decisão final de perdimento do bem, o que tem implicações diretas sobre a cadeia de custódia e o direito de defesa. Inclusive, acaso seja destinado antes de decisão transitada em julgado, havendo decisão que permita a circulação do bem haverá responsabilidade civil do Estado.

3. Falta de critérios objetivos de elegibilidade/inelegibilidade por categoria de produto e risco: O projeto não estabelece quais tipos de produtos são adequados para doação e quais representam riscos inaceitáveis ou mesmo proibições legais para tanto, demandando destruição obrigatória.

4. Governança e rastreabilidade insuficientes: Não há detalhamento dos mecanismos de controle, das responsabilidades das autoridades envolvidas na destinação e da forma de garantir a rastreabilidade dos produtos doados.

5. Medidas anticorrupção/antidesvio e informação ao público: O projeto não prevê, explicitamente, mecanismos para evitar desvios dos produtos para o mercado ilegal ou para informar claramente os be-

neficiários sobre a origem e a condição dos itens.

5) Propostas de emenda

Para mitigar os riscos e preencher as lacunas, sugerimos as seguintes emendas ao texto do PL 1.802/2024:

â Regra geral reforçada: "A doação de produtos apreendidos por infração a direitos de **Propriedade Industrial** observará a prévia e irreversível des-caracterização dos sinais distintivos que identifiquem a marca ou qualquer outro elemento protegido, por métodos que garantam a inidoneidade para fins comerciais e que não comprometam a segurança intrínseca do produto."

â Exceção estrita e controlada: "A doação sem a des-caracterização dos sinais distintivos será permitida somente durante calamidade pública reconhecida por ato do Poder Legislativo ou Executivo, restrita exclusivamente a itens de baixo risco, definidos em regulamento técnico específico, e desde que acompanhada de marcação adicional visível e indelével com a frase 'DOAÇÃO - PROIBIDA A VENDA - NÃO REPRESENTA O TITULAR DA MARCA' e acondicionada em embalagem neutra que não exiba a marca falsificada."

â Lista negativa de produtos vedados à doação: "São expressamente vedados à doação e destinados à destruição ou reciclagem, conforme o caso, produtos como medicamentos, alimentos, cosméticos, brinquedos, dispositivos médicos, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) críticos, autopeças de segurança, produtos elétricos/eletrônicos sem certificação ou com risco intrínseco, e outros bens que representem risco à saúde ou segurança, a serem definidos por portaria interministerial conjunta do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Saúde e do Ministério da Economia, com base em avaliação técnica dos órgãos de fiscalização e regulação."

â Condição para a destinação: "A destinação dos produtos apreendidos para doação ocorrerá após a decisão de perdimento transitada em julgado ou, excepcionalmente, mediante autorização judicial fundamentada e com urgência reconhecida, devendo, em qualquer caso, ser garantida a preservação da prova material, através de laudos periciais, registro fotográfico ou videográfico e guarda de amostragem representativa."

â Notificação e cooperação técnica do titular da marca: "O titular da marca apreendida será notificado previamente à destinação, facultada a cooperação técnica para a descaracterização dos produtos, sem que isso confira ao titular o poder de veto sobre a doação, mas assegurando sua participação no aprimoramento dos métodos de descaracterização."

â Rastreabilidade e transparência: "A doação dos produtos será acompanhada de inventário digital detalhado, registrando lote, quantidade, características e o destinatário final. Deverão ser realizados registros fotográficos dos produtos 'antes e depois' da descaracterização. Relatórios periódicos de destinação serão publicados em portal da transparência." ou "Os produtos objeto de doação deverão ser acompanhados de QR Code vinculado à tecnologia blockchain, no qual deverá estar registrado: que são produtos objeto de DOAÇÃO decorrente de calamidade pública reconhecida pelo Poder Legislativo ou Executivo; que é PROIBIDA A VENDA; e que NÃO REPRESENTAM O TITULAR DA MARCA ORIGINAL."

â Penalidades por desvio e proibição de venda: "Serão aplicadas as penalidades cabíveis por desvio ou revenda dos produtos doados. A proibição de venda será expressamente informada aos beneficiários, e sua infração configurará crime."

6) Implementação e governança

Para a efetivação e segurança do processo de doação, a implementação e a governança devem ser claras e

robustas:

â Designação de órgão coordenador federal: Um órgão federal, possivelmente o Ministério da Justiça e Segurança Pública, em articulação com o Ministério da Cidadania e Defesa Civil, deve ser designado como coordenador central, estabelecendo um fluxo claro de responsabilidades entre as autoridades.

â Autoridade apreensora: Responsável pela guarda inicial e documentação.

â Órgão técnico de classificação de risco: INMETRO, ANVISA, órgãos metrológicos e de certificação deverão atuar na avaliação da segurança e elegibilidade dos produtos para doação.

â Defesa Civil/Assistência Social: Encarregadas da logística de distribuição aos beneficiários, com controle de entrega e informação, bem como acompanhamento da destinação e uso/doação de todos os itens dados em doação, especialmente

daqueles objeto de doação sem a descaracterização dos sinais distintivos ocorrida durante calamidade pública reconhecida por ato do Poder Legislativo ou Executivo, a fim de que sejam redirecionados para descaracterização eventuais sobras e/ou que seja direcionado para o correto descarte em caso de itens que fiquem a mercê de condições meteorológicas adversas em que o item se torne impróprio para uso".

Custos e parcerias: Deve-se prever fonte orçamentária para os custos de descaracterização e logística. Incentivos à celebração de acordos de cooperação com os titulares de marcas para apoio técnico e financeiro na descaracterização, desde que sem promoção de marca.

7) Conclusão

O PL 1.802/2024 aborda uma finalidade pública legítima e importante ao buscar otimizar a destinação de bens apreendidos em prol de vítimas de desastres,

Continuação: Nota Técnica da Comissão de Direito da Moda da OAB SP sobre o PL 1.802/2024

ao mesmo tempo em que reduz custos e impactos ambientais. Contudo, para que a medida seja verdadeiramente benéfica, é imperativo que o texto seja aprimorado com as salvaguardas necessárias para proteger os direitos de **Propriedade** Industrial, a saúde e a segurança do consumidor, evitando o desvio dos produtos e assegurar a integridade probatória dos processos judiciais.

A Comissão de Direito da Moda da OAB-SP entende a importância do PL 1.802/2024, entretanto condicionada à incorporação das emendas propostas e à posterior regulamentação técnica detalhada, que definirá os procedimentos operacionais e os critérios específicos para cada tipo de produto.

8) Anexos (orientativos)

1. Quadro-síntese de categorias por risco: Tabela sugerida para classificação de produtos apreendidos (baixo, médio, alto risco) e seu destino padrão (doação com descaracterização, doação em calamidade sob condições, destruição/reciclagem).

2. Checklist de descaracterização por tipo de produto: Guia prático para remoção irreversível de marcas em vestuário e/ou acessórios.

3. Modelo de termo de recebimento com proibição de venda: Documento a ser assinado pelos beneficiários, atestando o recebimento do item e a ciência

da proibição de sua comercialização.

De São Paulo para Brasília, 16 de outubro de 2025.

Beatriz Fernandes Genaro

Presidente da Comissão Especial de Direito da Moda da OAB/SP

Carolina Terrão Bolla

Vice-presidente de estudos em Meio Ambiente e ESG da Comissão Especial de Direito da Moda da OAB/SP

Lívia Barboza Maia

Vice-presidente de estudos em **Propriedade** Intelectual da Comissão Especial de Direito da Moda da OAB/SP

Beatriz Corrêa dos Santos

Membro da Comissão Especial de Direito da Moda da OAB/SP

Justiça nega ao Coco Bambu direito à exclusividade do 'camarão internacional'



O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) negou pedido da rede de restaurantes Coco Bambu para proibir a venda de um prato chamado 'camarão internacional' por outro estabelecimento, localizado na cidade de Itapema, em Santa Catari

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) negou pedido da rede de restaurantes Coco Bambu para proibir a venda de um prato chamado "camarão internacional" por outro estabelecimento, localizado na cidade de Itapema, em Santa Catarina.

Segundo o Coco Bambu, o prato seria de autoria da rede, que tem 97 lojas em várias cidades do Brasil.

O restaurante ainda alegou à Justiça possuir registro de marca no **Instituto** Nacional da Propriedade Industrial (**Inpi**), além de declarar um "padrão de qualidade" na formulação do prato.

O alvo da ação é o estabelecimento Recanto do Fabio Restaurante. Na ação, o Coco Bambu apontou que o concorrente catarinense teria adotado padrão visual e ingredientes semelhantes aos utilizados pela rede. Nesse caso, a acusação aponta "concorrência desleal, abpi.empauta.com

levando os consumidores ao erro".

O pedido do Coco Bambu solicitava a retirada dos produtos do cardápio, assim como também demandava que eles parassem de ser produzidos, vendidos e divulgados nas redes sociais do restaurante.

Negativa da Justiça de SP

A Justiça, entretanto, negou todas as solicitações apresentadas pela rede de restaurantes. Segundo o desembargador Sérgio Shmimura, relator do processo no Tribunal de Justiça de São Paulo, não há qualquer risco de confusão entre os pratos.

"No caso, não se constatou aproveitamento parasitário ou violação do conjunto-imagem. A expressão 'camarão internacional' tem baixo grau de distintividade, não havendo exclusividade sobre a receita culinária, nem está registrada como **propriedade** intelectual", diz parte do texto do processo.

Sobre os motivos para a negativa ao pedido, a decisão cita que o acervo probatório "demonstrou que o 'camarão internacional' é um prato de receita popular, advindo de outro continente e que se popularizou no Brasil, com a incorporação de elementos e ingredientes da cultura local, sobre os quais a autora não detém direitos de exclusividade".

Em defesa, o Recanto Fabio Restaurante alegou produzir pratos com peixes e frutos-do-mar utilizando receitas regionais, nacionais e internacionais e, portanto, a semelhança seria uma coincidência.

"As características de apresentação dos pratos são totalmente distintas, não gerando qualquer possibilidade de os consumidores efetuarem comparação", ainda afirmou o restaurante.

Continuação: Justiça nega ao Coco Bambu direito à exclusividade do 'camarão internacional'

A sentença aponta que a improcedência foi proferida porque "a parte requerente não comprovou que o prato comercializado pela parte requerida utilizaria métodos de preparo, forma de empratamento e apresentação, ou mesmo imagens de publicidade que se assemelhassem aos utilizados pela autora".

Conforme o TJSP, a decisão foi publicada há cerca de uma semana, mas ainda cabe ao Coco Bambu a possibilidade de recurso.

Em nota, o Coco Bambu apontou que a marca "Camarão Internacional" está "registrada pelo Coco Bambu junto ao **Instituto** Nacional da Propriedade

Industrial (**INPI**), em processo administrativo já finalizado", citando que registro é específico para categoria de restaurantes.

"Embora respeitemos a decisão recente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), apresentaremos o recurso cabível, confiantes de que a Justiça reconhecerá e respeitará o registro legal vigente da marca. Se trata de um uso indevido do nome que deverá ser indenizado", declarou Felipe Barreira, um dos sócios do estabelecimento.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

4, 18, 19, 20, 23

Propriedade Intelectual

6, 8, 9, 11, 13, 15, 19, 20, 24, 29, 33, 34, 39

Marco regulatório | INPI

9, 11, 25, 27, 39

Propriedade Industrial

9, 11, 15, 25, 27, 34, 39

Inovação

20, 24, 29

Patentes

25, 29, 32

Denominação de Origem

27

Entidades

29